EDUCAÇÃO PARA O BEM VIVER E CÍRCULOS DE CULTURA E SAÚDE: quebra de paradigmas para a construção de uma sociedade mais solidária e sustentável através da PNEP-SUS

AUTORES: ANALICE DE OLIVEIRA, NICOLLE MONTEIRO DA SILVA, JEAN VINICIUS COSTA OLIVEIRA, JESSICA ROCHA e ISABELLA VALADARES SILVEIRA

TRABALHO COMPLETO

Introdução

Ao abordar o conceito do Bem Viver no campo da Educação, conceito latino do cuidado advindo dos povos originários, construído pelo político e economista Alberto Acosta, é importante salientar que se trata de um conceito inspirado nas ideias construídas no seio das comunidades tradicionais do mundo, principalmente latinas, indígenas e africanas; conceito construído para enfrentar o “desenvolvimentismo”, todas as fragmentações e reducionismos gerados pelo capitalismo. Ou seja, essas ideias não foram construídas nas universidades ou partidos políticos, foram construídas genuinamente no âmbito comunitário e popular.

O conceito de "Bem Viver", refere-se a uma filosofia e prática de vida que valoriza a harmonia, a reciprocidade e o respeito pela natureza e pela comunidade (ACOSTA, 2016). Contrasta com o modelo de "viver melhor" baseado no capitalismo, que enfatiza a competitividade e o consumo. Sendo experiências e práticas existentes em muitas comunidades, o "Bem Viver" é mais do que um simples conceito; é uma maneira de olhar para a vida, um modo de organização social e uma alternativa para um futuro mais sustentável e justo. Ele se baseia em princípios como: 1. RECIPROCIDADE: ideia de que todos devem contribuir para o bem-estar da comunidade e receber em troca; 2. HARMONIA COM A NATUREZA: reconhecer a importância da natureza como fonte de vida e respeitar a interdependência entre todos os seres vivos; 3. COMUNIDADE: valorizar a convivência em comunidade e a importância do trabalho em conjunto para atingir objetivos coletivos. 4. RESPEITO À DIVERSIDADE: a valorização das diferentes culturas e formas de vida, promovendo a inclusão e o respeito; 5. SOLIDARIEDADE: preocupação com o bem-estar de todos e a busca por um mundo mais justo e equitativo.

Para Acosta (2016) seguimos presos à ideia do desenvolvimento. Não podemos dizer para proteger a natureza tolerando a miséria e a pobreza. O autor também nos chama a atenção que se sairmos em defesa da natureza, puramente pela natureza, podemos cair num ecologismo que também pode ser uma política ou prática de um país (ou grupo de países) de estender o

seu poder e domínio sobre outros países ou territórios, geralmente através da exploração econômica, política e/ou cultural. Esta dominação pode ser direta, como em colônias, ou indireta, através de influência econômica ou política. Diante de propostas que países ricos "têm que" proteger a Amazônia, porque é boa para todos, é sempre importante sinalizar que os países empobrecidos tem condições de proteger sua própria natureza gerando condições para que haja justiça social. Não há justiça ecológica sem justiça social e nem justiça social sem justiça ecológica. Tudo precisa vir junto, direitos humanos e direitos da natureza, que não são os mesmos, mas são complementares, os dois se potencializam. Sobre as cidades, que estão cada vez potencializando as individualidades, a grande tarefa é identificar a vida em comunidade. Outra prática importante é observar como as decisões estão sendo tomadas nas comunidades e valorizar as falas e contribuições de todos, se posicionando contra todas as formas de silenciamentos.

"Mais do que nunca é imprescindível construir modos de vida baseados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, que não sejam pautados pela acumulação do capital"
(ACOSTA, 2016)

Acosta (2018) diz que não se pode pensar em participação de todos os habitantes em um grande teatro tomando decisões, mas sim, pode-se pensar em nível mais local, as comunidades tomando decisões, esse é um ponto chave para as comunidades. O Estado é o único campo de ação estratégico para a construção do Bem Viver, é indispensável repensá-lo em termos plurinacionais, ou seja, reconhecendo a existência de múltiplos grupos nacionais dentro de um mesmo Estado, onde a nacionalidade é plural e não unitária, onde são protegidas diferentes identidades nacionais e culturais de grupos étnicos e sociais, que podem coexistir dentro de uma mesma estrutura política. Isso, na verdade, é um compromisso histórico. Não se trata de modernizar o Estado incorporando burocraticamente as dimensões indígenas e afrodescendentes, ou favorecendo--lhes espaços especiais, como educação intercultural bilíngue apenas para os indígenas, ou constituindo instituições para a administração das questões indígenas. Para construir o Bem Viver, a educação intercultural, por exemplo, deve ser aplicada a todo o sistema educativo – obviamente, porém, com outros princípios conceituais. O Estado plurinacional exige a incorporação dos códigos culturais dos povos e nacionalidades indígenas, para materializar o exercício horizontal do poder. Isso implica "cidadanizar" individual e coletivamente o Estado, criando espaços comunitários como formas ativas de organização social. E espaços comunitários de diálogo são possíveis nos territórios periféricos povoados pela população que não tem sua voz valorizada. A própria democracia tem de ser repensada e aprofundada. A questão continua sendo política. Não podemos esperar uma solução "técnica" e sim uma solução política com "práticas" aplicadas nos territórios, ou melhor, práticas já desenvolvidas pelas comunidades baseadas na sua

ancestralidade. Nosso mundo tem de ser recriado a partir do âmbito comunitário. Como consequência, temos de impulsionar um processo de transições movido por novas perspectivas. Outro mundo será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos e dos povos – e dos Direitos da Natureza.

Metodologia

O "Ocupe SUS Juventudes – Observatório de Práticas de Promoção à Saúde, Prevenção e Assistência" propôs um espaço para o compartilhar de práticas alinhadas a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (PNEPS-SUS) que é a política que avaliamos ser a mais alinhada ao conceito do Bem Viver. A PNEPS-SUS é orientada pelos seguintes princípios: diálogo; amorosidade; problematização; construção compartilhada do conhecimento; emancipação; e compromisso com a construção do projeto democrático e popular; ou seja, é a política nacional, lançada em 2013 pelo Ministério da Saúde, que respalda a aplicação da pedagogia libertária de Paulo Freire no campo da Educação em Saúde. A proposta utilizou abordagens para a promoção do cuidado, que são respaldadas pela PNEPS-SUS, através dos Círculos de Cultura e Saúde, incorporando o componente de proteção do meio ambiente para o reconhecimento do sujeito na sua totalidade, respeitando sua capacidade de fazer escolhas informadas sobre sua saúde.

Foram desenvolvidos Círculos de Cultura e Saúde em formato online e presencial, inspirados no conceito do Bem Viver (ACOSTA, 2016), na concepção da pedagogia da autonomia (FREIRE, 1996) e na Ciência da Respiração (WEAVER, 2014) com duração de 2 horas e com o máximo de 15 pessoas. Os grupos foram estimulados, simultaneamente, a realizar o sentir (a respiração), o pensar (sobre as vivências em comunidade) e o fazer (através da construção de artefatos culturais). No inicío dos Círculos de Cultura e Saúde, para a promoção da harmonia com a natureza, reconhecendo a importância da natureza como fonte de vida, uma prática foi proposta em todos os Círculos: considerando o fato das populações, principalmente urbanas, terem se distanciado da natureza, foi promovida a (re)educação do ato de respirar corretamente como uma das formas de aproximação da natureza, considerando que o oxigênio é um elemento natural e indispensável para o Bem Viver. Uma vez que, além de outros aprendizados ancestrais, também somos privados do aprendizado do respirar no nosso cotidiano e seguimos com esse ato apenas de forma automática, errada, respiramos apenas até o ápice do pulmão, o que potencializa o estresse e ansiedade. Assim, propomos nos grupos a respiração correta em toda a duração dos círculos.

Resultados

Essa experiência utilizou uma abordagem que promove a quebra de paradigmas por utilizar práticas que se contrapõem a cultura colonialista - europeia e racista - e patriarcal que se impõe através do controle de corpos, decidindo quem vive e quem morre através das barreiras impostas pelas relações de poder da luta de classes. A concepção paulofreireana, através da pedagogia libertária que promove a cidadania e o compromisso com o projeto democrático, alinhada ao conceito do Bem Viver que não se trata de mais uma alternativa de desenvolvimento – não é mais um "sobrenome" do desenvolvimento, tal qual "desenvolvimento humano", "desenvolvimento sustentável" ou "etnodesenvolvimento". É uma possibilidade de enfrentamento do "desenvolvimento" que gera exclusão. Uma fuga ao desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo.

Foram realizados 8 Círculos de Cultura e Saúde nos anos de 2024 e 2025, baseados na pedagogia libertária com trabalhadores das áreas da Saúde, Educação, das Universidades com as lideranças juvenis onde debateu-se o tema do cuidado integral, construindo uma reflexão sobre "No cuidar junto as juventudes, você é inteiro ou pela metade ?" , debate disponibilizado no podcast https://open.spotify.com/episode/3IHXsbpMAXqbYjY6kQhJzo?si=ryZu-Hw6StCgr__pf7TphQ e Círculos de Cultura e Saúde com adolescentes e jovens em formato presencial, onde foram debatidas as demandas trazidas pelas juventudes simultaneamente à construção de artefatos culturais em papel marche, argila e pintura em painéis que potencializaram os diálogos relacionados a aplicação do conceito do Bem Viver no cotidiano, expressando modos de vida no trato das situações envolvendo pobreza, racismo, violência de gênero, preconceito e discriminação. Foi observado que as juventudes pedem por reflexões neste campo tanto para compreender as relações sociais que envolvem a compreensão dos conceitos de gênero, sexo e suas diversidades de orientação sexual quanto na compreensão das possibilidades de enfrentamentos das violências.

Conclusão

O diálogo, a escuta e o acolhimento afetivo emergem como práticas fundamentais para inspirar o modelo de Educação em Saúde que valoriza as diversidades, a autonomia dos indivíduos e contribue para uma sociedade mais justa e igualitária. Esta postura educativa, alinhada com a perspectiva contra colonial, resiste ao controle tradicional imposto pelos sistemas de educação e saúde convencionais brasileiros e permite que os sujeitos exerçam sua autonomia, sejam reconhecidos e valorizados no campo da saúde sexual e reprodutiva, através da possibilidade do compartilhar de vivências e da construção do saber coletivo.

Referencias bibliográficas:

ACOSTA, A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia. Literária, Elefante, 2016. 264 p.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.76 p.

WEAVER, E. Canal Supren (28/05/2014). A Ciência da Respiração. [Vídeo]. YouTube, duração 00:52:00. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ovJMHpvQ_g8 . Acesso em : 02 de feveireiro de 2025.

Palavras-chave: Juventudes, Participação social, Antirracismo, Educação, Bem viver.